

● **CASO MARIELLE FRANCO**

# Raquel Dodge acusa Brazão

Ex-procuradora quer federalização da investigação

**N**o dia em que se despediu do cargo de procuradora-geral da República, Raquel Dodge anunciou, ontem, que apresentou denúncia contra Domingos Brazão, conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE), por utilizar o cargo e o gabinete na Instituição para mudar os rumos da investigação do caso da execução da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018.

Além de Domingos Brazão, também foram denunciados Gilberto Ferreira, funcionário do gabinete de Brazão no TCE; o PM Rodrigo Jorge Ferreira, o Ferreirinha; Camila Moreira Nogueira, advogada de Ferreirinha; e o delegado da Polícia Federal Hélio Kristian. “Eles todos participaram de uma encenação, que conduziu ao desvirtuamento das investigações”, afirma Raquel Dodge.

A ex-procuradora pediu,



AGÊNCIA O DIA

Brazão é conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado

ainda, que o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) abra novo inquérito para averiguar os dois assassinatos. Mas caberá ao órgão decidir sobre o andamento das investigações e se aceitará ou não a denúncia oferecida pela agora ex-procuradora-ge-

ral. Depois de um ano e meio do crime, ainda não há conclusão sobre os autores.

Domingos Brazão está afastado da posição de conselheiro do TCE devido à Operação Quinto do Ouro, da qual é réu no STJ desde junho passado.

## ‘Não tem o menor cabimento’, diz suspeito

“Eu não posso acreditar que ela (*Raquel Dodge*) realmente tenha sequer lido o inquérito da Polícia Federal. Estou afastado do gabinete há dois anos e meio”, afirmou Domingos Brazão, que ficou surpreso com a acusação no último dia do mandato da procuradora geral. Ele reforça que a decisão “não tem o menor cabimento”.

Brazão ainda informou que se dispôs a prestar esclareci-

mentos de forma voluntária às autoridades, e também declarou não conhecer nenhum dos outros indiciados no processo. Segundo o político, só ouviu falar da vereadora Marielle Franco quando ela foi assassinada. Domingos Brazão critica, ainda, o tratamento desrespeitoso com sua família e com a família de Marielle.

Acusados pelo crime, o PM reformado Ronnie Lessa e o ex-

-PM Élcio Queiroz estão presos no presídio federal de Mossoró (RN), desde março. No sábado, a ministra Rosa Weber, do STF, negou pedido da defesa de Lessa para que ele fosse transferido para presídio no Rio de Janeiro. Segundo o Ministério Público Estadual do Rio (MPRJ), Lessa fez os disparos que mataram Marielle e Anderson. Élcio é apontado como o motorista do carro usado no crime.

● **DEGASE**



DIVULGAÇÃO/POLÍCIA CIVIL

Uma das casas alvo da operação, no Recreio dos Bandeirantes

## Contrato é investigado

Policiais apuram suposta fraude no aluguel de 25 carros por R\$ 2 milhões

**U**m contrato de locação de veículos para o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), no valor de R\$ 2 milhões, assinado em 2015, está na mira da Polícia Civil. Ontem, agentes do Departamento Geral de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro (DGCOR-LD) cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços no Leblon, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Duas pessoas prestaram depoimentos e uma delas confessou ser laranja no esquema criminoso.

Os policiais apuram suposta

fraude no pregão eletrônico realizado no dia 10 de julho de 2015 para contratação de uma empresa de locação de 25 veículos — sem motorista e sem combustível — para atender ao Degase pelo período de um ano. As investigações começaram após informações passadas ao departamento pela Controladoria Geral do Estado (CGE) no início de 2019.

Em nota, o Degase informou “que será instaurada uma sindicância pela Corregedoria do Degase para apurar o caso e que está à disposição e colaborando no que for necessário com as investigações da Polícia Civil”.

### RAPIDINHA...

## Rio pode ganhar pipódromos

• Foi aprovado ontem, na Alerj, em primeira discussão, o projeto que prevê a criação dos pipódromos, espaços públicos para a realização de eventos com pipas. O projeto de lei 986/19, do deputado Léo Vieira (PRTB), ainda precisa ser

votado em segunda discussão e sancionado pelo governador para virar lei.

Os pipódromos deverão estar em área restrita aos participantes e a uma distância mínima de mil metros de rodovias públicas e de redes elétricas